



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 100,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do « <i>Diário da República</i> », deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS	O preço de cada linha publicada nos <i>Diários da República</i> 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
	Ano	
	As três séries.	Kz: 400 275,00
	A 1.ª série	Kz: 23 6 250,00
	A 2.ª série	Kz: 123 500,00
	A 3.ª série	Kz: 95 700,00

SUMÁRIO

Assembleia Nacional

Resolução n.º 22/10:

Fixa uma verba destinada a despesas de representação do Gabinete do Presidente da Assembleia Nacional.

Resolução n.º 23/10:

Fixa os limites de autorização de despesas.

Resolução n.º 24/10:

Aprova o Regulamento Interno para a Organização e o Funcionamento do Grupo de Mulheres Parlamentares.

1.º — É fixado pelo Plenário da Assembleia Nacional o contravalor equivalente em Kwanzas a USD 35 000,00, para despesas de representação do Gabinete do Presidente da Assembleia Nacional.

2.º — A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 22 de Junho de 2010.

Publique-se.

O Presidente, em exercício da Assembleia Nacional, *João Manuel Gonçalves Lourenço*.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Resolução n.º 22/10
de 5 de Agosto

Considerando que a Lei n.º 4/10, de 31 de Março — Lei Orgânica da Assembleia Nacional, estabelece no seu artigo 12.º que ao Gabinete do Presidente da Assembleia Nacional é atribuída, nos limites a definir pelo Plenário da Assembleia Nacional, uma verba para despesas de representação a propor pelo Presidente, ouvido o Conselho de Administração;

Havendo necessidade de se dar cumprimento ao estabelecido naquela disposição legal;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea *d*) do artigo 160.º e do n.º 1 do artigo 166.º ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte resolução:

Resolução n.º 23/10
de 5 de Agosto

Considerando que a Lei n.º 4/10, de 31 de Março — Lei Orgânica da Assembleia Nacional — estabelece no seu artigo 92.º que os limites de autorização de despesas são fixados pelo Plenário da Assembleia Nacional, sob proposta do Conselho de Administração;

Havendo necessidade de se dar cumprimento ao estabelecido naquela disposição legal;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea *d*) do artigo 160.º e do n.º 1 do artigo 166.º ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte resolução:

1.º — São fixados os seguintes limites de autorização de despesas:

- a) Presidente da Assembleia Nacional, até ao equivalente em Kwanzas a USD 100 000,00;
- b) Secretário Geral da Assembleia Nacional, até ao equivalente em Kwanzas a USD 30 000,00.

2.º — A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 22 de Junho de 2010.

Publique-se.

O Presidente, em exercício da Assembleia Nacional, *João Manuel Gonçalves Lourenço*.

Resolução n.º 24/10 de 5 de Agosto

Considerando que a Assembleia Nacional, reunida em Sessão Plenária, aos 22 de Junho de 2010, apreciou o Regulamento Interno do Grupo de Mulheres Parlamentares, nos termos do artigo 88.º da Lei n.º 5/10, de 6 de Abril — Lei Orgânica do Funcionamento e do Processo Legislativo da Assembleia Nacional, e o achou conforme;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea d) do artigo 160.º e do n.º 1 do artigo 166.º ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte resolução:

Único: — É aprovado o Regulamento Interno para a Organização e o Funcionamento do Grupo de Mulheres Parlamentares e que é parte integrante da presente resolução.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 22 de Junho de 2010.

Publique-se.

O Presidente, em exercício da Assembleia Nacional, *João Manuel Gonçalves Lourenço*.

REGULAMENTO INTERNO DO GRUPO DE MULHERES PARLAMENTARES

CAPÍTULO I

Definição, Constituição e Objectivos

ARTIGO 1.º (Definição)

O Grupo de Mulheres Parlamentares, abreviadamente G.M.P., é o órgão da Assembleia Nacional que visa o intercâmbio interno e externo das Parlamentares e que funciona de acordo com o presente Regulamento Interno, com a Lei n.º 5/10, de 6 de Abril, Lei Orgânica do Funcionamento

e do Processo Legislativo da Assembleia Nacional, com os estatutos e com as Resoluções das Organizações Inter-Parlamentares e outros instrumentos legais aplicáveis.

ARTIGO 2.º (Constituição)

O Grupo de Mulheres Parlamentares é constituído por todas as Deputadas à Assembleia Nacional em efectividade de funções, nos termos da Lei n.º 5/10, de 6 de Abril — Lei Orgânica do Funcionamento e do Processo Legislativo da Assembleia Nacional.

ARTIGO 3.º (Objectivos)

1. O Grupo de Mulheres Parlamentares tem como objectivo garantir a promoção da mulher e a adopção de mecanismos institucionais para o tratamento das questões relacionadas com a promoção da igualdade entre o homem e a mulher.

2. Constituem ainda objectivos do Grupo de Mulheres Parlamentares os seguintes:

- a) garantir a defesa dos interesses e a igualdade de direitos entre homens e mulheres parlamentares;
- b) incentivar a acção das mulheres parlamentares e assegurar a elevação das suas capacidades, a fim de exercerem activamente os seus direitos e participarem no desenvolvimento da democracia;
- c) promover iniciativas legislativas em defesa dos interesses da mulher, da criança e da família;
- d) participar e contribuir, activamente, na discussão e na aprovação do Orçamento Geral do Estado, numa perspectiva do género;
- e) criar condições para a recolha, o tratamento e a divulgação de trabalhos e recomendações resultantes de participações do Grupo de Mulheres Parlamentares em diferentes eventos ligados às questões da mulher, da criança e da família;
- f) contribuir para a consolidação da paz, do progresso e da reconciliação nacional;
- g) criar mecanismos de comunicação e interligação com organismos e organizações nacionais que intervêm no âmbito das questões atinentes à mulher, à criança e à família;
- h) contribuir para a defesa e a promoção da democracia participativa e pluripartidária, dos direitos humanos e do desenvolvimento económico, social e cultural a nível nacional, regional e internacional;
- i) coordenar a participação dos seus membros nas actividades dos vários eventos nacionais, regionais e internacionais ligados às questões da mulher;

- j)* promover relações com os grupos de mulheres de outros parlamentos, organizações inter-parlamentares regionais e internacionais e grupos de amizade.

CAPÍTULO II Dos Direitos e Deveres

ARTIGO 4.º (Direitos)

Os membros do Grupo de Mulheres Parlamentares gozam dos seguintes direitos:

- a)* eleger e ser eleita para cargos de direcção;
- b)* ser informada regularmente das actividades do Grupo de Mulheres Parlamentares;
- c)* apresentar propostas de alteração do Regulamento Interno do Grupo de Mulheres Parlamentares;
- d)* beneficiar de formação e capacitação promovida pelo Grupo de Mulheres Parlamentares;
- e)* participar em todas as actividades que o Grupo leve a cabo ou seja convidado a integrar.

ARTIGO 5.º (Deveres)

Os membros do Grupo de Mulheres Parlamentares têm os seguintes deveres:

- a)* conhecer, respeitar e cumprir os preceitos deste Regulamento;
- b)* zelar pelo bom nome do Grupo de Mulheres Parlamentares;
- c)* elevar, permanentemente, o seu nível cultural e profissional;
- d)* participar activamente em todas as actividades do Grupo de Mulheres Parlamentares;
- e)* abster-se, no âmbito da actividade do Grupo de Mulheres Parlamentares, de assumir manifestações favoráveis ou de propaganda partidária ou religiosa.

CAPÍTULO III Organização e Funcionamento

SECÇÃO I Organização

ARTIGO 6.º (Órgãos)

O Grupo de Mulheres Parlamentares compreende os seguintes órgãos:

- a)* Assembleia do Grupo de Mulheres Parlamentares;
- b)* Direcção do Grupo de Mulheres Parlamentares.

SECÇÃO II Assembleia do Grupo

ARTIGO 7.º (Assembleia do Grupo)

A Assembleia do Grupo de Mulheres Parlamentares é a congregação de todas as deputadas em efectividade de funções.

ARTIGO 8.º (Atribuições)

A Assembleia do Grupo tem as seguintes atribuições:

- a)* apreciar o seu Regulamento Interno e propor a sua aprovação ao Plenário da Assembleia Nacional;
- b)* eleger a Presidente, as Vice-Presidentes e as Secretárias;
- c)* aprovar o programa de actividades em cada sessão legislativa;
- d)* aprovar o relatório de balanço das actividades do Grupo;
- e)* propor, para aprovação da Assembleia Nacional, o seu orçamento que integra o orçamento geral daquele órgão;
- f)* aprovar o relatório de contas de cada Sessão Legislativa;
- g)* realizar as demais atribuições estabelecidas por lei ou decorrentes dos objectivos constantes do presente regulamento.

ARTIGO 9.º (Funcionamento)

1. A Assembleia do Grupo de Mulheres Parlamentares reúne-se, ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.

2. As reuniões da Assembleia do Grupo de Mulheres Parlamentares só podem ter lugar com a presença de pelo menos 1/3 dos seus membros.

3. As reuniões são convocadas pela Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares ou sob proposta de, pelo menos, 1/4 dos seus membros.

4. As deliberações da Assembleia do Grupo de Mulheres Parlamentares são adoptadas por maioria absoluta dos seus membros em efectividade de funções.

SECÇÃO III Direcção do Grupo

ARTIGO 10.º (Direcção do Grupo)

A Direcção do Grupo de Mulheres Parlamentares é eleita, por maioria absoluta das Deputadas em efectividade de funções, sob proposta dos partidos políticos ou coligação de partidos políticos, tendo em consideração a sua representação na Assembleia Nacional e no estrito respeito pelo princípio da proporcionalidade.

ARTIGO 11.º
(Composição)

A Direcção do Grupo de Mulheres Parlamentares tem a seguinte composição:

- a) uma Presidente;
- b) duas Vice-Presidentes;
- c) duas Secretárias.

ARTIGO 12.º
(Mandato)

O mandato da Direcção do Grupo de Mulheres Parlamentares é de dois anos e meio, podendo ser renovado.

SECÇÃO IV
Competências

ARTIGO 13.º
(Presidente do Grupo)

Compete à Presidente da Assembleia do Grupo de Mulheres Parlamentares:

- a) convocar e presidir às reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembleia do Grupo de Mulheres Parlamentares;
- b) dirigir as actividades do Grupo de Mulheres Parlamentares;
- c) garantir a aplicação do presente Regulamento;
- d) realizar as demais tarefas decorrentes do presente Regulamento.

ARTIGO 14.º
(Vice-Presidentes do Grupo)

As Vice-Presidentes substituem a Presidente nas suas ausências ou impedimentos e coadjuvam-na no exercício das suas funções, mediante delegação expressa de competências.

ARTIGO 15.º
(Secretárias)

Compete às Secretárias do Grupo de Mulheres Parlamentares:

- a) verificar a existência do quórum nas reuniões;
- b) secretariar as reuniões do Grupo;
- c) elaborar e assinar as sínteses das actas das reuniões do Grupo;
- d) preparar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Grupo;
- e) elaborar, sob coordenação da Presidente e das Vice-Presidentes, o plano de trabalho do Grupo;
- f) exercer outras tarefas que lhes sejam confiadas pela Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares.

SECÇÃO V
Eleições

ARTIGO 16.º
(Eleição da Presidente)

A Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares é eleita pela Assembleia especialmente convocada para o

efeito, sob proposta do Grupo Parlamentar ou da Coligação de Partidos Políticos que tenha a maioria de assentos parlamentares.

ARTIGO 17.º
(Eleição das Vice-Presidentes)

As Vice-Presidentes são eleitas pela Assembleia, sob proposta dos respectivos Grupos Parlamentares, proporcionalmente ao número de votos por si obtidos.

ARTIGO 18.º
(Eleição das Secretárias)

As Secretárias são eleitas pela Assembleia, sob proposta da Presidente, obtendo o parecer favorável dos respectivos Grupos Parlamentares a que pertencem e de acordo com o princípio da proporcionalidade de assentos obtidos.

CAPÍTULO IV
Encargos Financeiros

ARTIGO 19.º
(Encargos financeiros)

Os encargos financeiros do Grupo de Mulheres Parlamentares são suportados pelo Orçamento da Assembleia Nacional.

CAPÍTULO V
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 20.º
(Alterações ao Regulamento)

As alterações ao presente Regulamento são aprovadas, por maioria absoluta dos seus membros, em efectividade de funções, em reunião especialmente convocada para o efeito.

ARTIGO 21.º
(Cessação de Funções)

1. O Grupo de Mulheres Parlamentares cessa as suas funções com a tomada de posse dos novos Deputados eleitos.

2. A Direcção do Grupo de Mulheres Parlamentares assegura a gestão dos assuntos correntes até à eleição dos novos órgãos de Direcção do Grupo de Mulheres Parlamentares.

ARTIGO 22.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e as omissões que surgirem da interpretação e aplicação do presente regulamento são resolvidas pela Assembleia Nacional.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 22 de Junho de 2010.

Publique-se.

O Presidente, em exercício da Assembleia Nacional, *João Manuel Gonçalves Lourenço*.